

PMDB rejeita anistia ampla a militares

BRASILIA — O PMDB apóia a ampliação para nove meses do prazo de desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos que pretendam concorrer às eleições de 86 e rejeita a ampliação da anistia aos militares nos termos propostos pela emenda do Deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), preferindo aprovar a promoção dos militares sem retorno à ativa. Essas duas conclusões resultaram da reunião de ontem do Líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), com o colégio de Vice-Líderes e os coordenadores das bancadas estaduais do partido.

Segundo o Vice-Líder Luís Henrique (SC), que resumiu a reunião, há ainda divisão em relação aos prazos de diferenciados de desincompatibilização, mas a unanimidade do partido defende prazo maior do que os atuais, em razão da influência da máquina administrativa. O Relator da emenda da Constituinte, Flávio Bierrenbach (SP), recusa prazos diferentes.

A ampliação da anistia aos militares punidos pelo regime de 1964 é aceita pelo PMDB dentro de uma fórmula que encontra receptividade junto às Forças Armadas: as promoções na reserva, com o pagamento dos salários correspondentes às novas patentes, mas sem a reintegração nem o ressarcimento dos salários atrasados.

Outras duas fórmulas sugeridas, mas que não receberam endosso da maioria do partido, são: um compromisso político do Governo, diante da nação, de enviar um projeto autó-

no antes da votação da emenda que convoca a Constituinte, concedendo a anistia; e entregar ao plenário a decisão sobre a emenda Uequet.

Os militares que perseguem a aprovação da emenda Uequet não gostam de nenhuma dessas outras propostas mas admitem ceder à fórmula que o PMDB aprova, mesmo que futuramente insistam no ressarcimento dos salários atrasados, numa batalha que teria outro palco: o da área econômico-financeira do Governo.

Ulysses discutirá com Aluizio Alves a anistia para os servidores civis

— O Poder Legislativo terá que arcar com o ônus e as responsabilidades na condução da votação da anistia — advertiu ontem o líder dos militares cassados, Paulo Ferro, ao saber dos resultados das negociações.

O Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, reúne-se domingo, em São Paulo, com Flávio Bierrenbach, para os últimos acertos nas questões mais polêmicas que envolvem a convocação da Constituinte. E na segunda-feira tem encontro com o Ministro da Administração, Aluizio Alves, para dis-

cutir a anistia aos servidores públicos civis que também são contemplados pela emenda do Deputado Jorge Uequet.

Na terça-feira, o Deputado Bierrenbach entrega seu substitutivo, que será votado pela Comissão Mista da Constituinte no dia seguinte, 16, e submetido ao plenário nos dias 21, 22 e 23 deste mês. Os pontos mais polêmicos serão votados em destaque.

Ontem, Ulysses Guimarães confirmou que a questão dos subsídios dos militares já está bem encaminhada junto às Forças Armadas e também que a Fórmula é a aprovada pelo colégio de Vice-Líderes e os coordenadores das bancadas estaduais do PMDB. O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), considera o assunto superado e não se assusta com a promessa dos cassados de lotarem as galerias do plenário para pressionar os parlamentares no dia da votação.

O Líder do PDS, Prisco Viana (BA), disse que o partido aprovará a anistia da maneira que ela chegar ao plenário. Se houver acordo em torno da emenda Uequet o PDS vota a proposta; caso contrário aprova simplesmente a emenda original.

— Se o Governo não quer aprovar a emenda Uequet, cabe a ele rejeitá-la — disse Prisco Viana.

O PDT e o PT têm posição inflexível pela emenda Uequet, mas, segundo Pimenta da Veiga, não têm expressão numérica para aprová-la, pois o PTB se mantém na mesma posição do PDS.

O GLOBO
Dia 20 a bancada
estará na Câmara

BRASILIA — O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, enviou ontem telegrama a todos os Deputados da bancada pedindo a presença em Brasília entre os dias 20 e 25 para a votação da emenda de convocação da Constituinte, da reforma tributária de emergência e de outros projetos que poderão constar da ordem do dia.

Além dos telegramas, a assessoria do PMDB está telefonando aos Deputados para reforçar a convocação. O Líder em exercício no Senado, Hélio Gueiros, também já começou a convocar a bancada.

O grupo de Brasília da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais está estudando uma proposta de extinção das representações classistas no Tribunal Superior do Trabalho. O Secretário-Executivo da Comissão, Mauro Santayanna, membro do grupo, explicou que a idéia surgiu de críticas generalizadas a dois pontos: ao argumento de que o objetivo da representação paritária é defender a classe, inútil, porque trabalhadores e patrões têm o mesmo número de votos; e ao fato de que os representantes não são advogados, na maioria, e não estão aptos a julgar o mérito jurídico das questões.